SOLUÇÃO DE CONSULTA SF/DEJUG nº 1, de 4 de janeiro de 2021

Retirratificação
da Solução de
Consulta
SF/DEJUG nº
27/2020. ISS –
Importação de
Serviços. Base
de Cálculo.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO, no uso de suas atribuições legais, em especial à vista dos artigos 73 a 78 da Lei 14.107, de 12 de dezembro de 2005 e em conformidade com o que consta nos autos do processo administrativo nº. 6017.2020/0015044-2;

ESCLARECE:

- 1.** Fica determinada a retirratificação da Solução de Consulta SF/DEJUG nº 27, de 14 de agosto de 2020, uma vez que a matéria foi objeto de reexame, nos termos abaixo.
- 2.** O item 9 da Solução de Consulta SF/DEJUG nº 27/2020 passa a ter a seguinte redação:

“9. O preço do serviço, base de cálculo do imposto municipal, é a receita bruta a ele correspondente, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição. Frações do preço com destinações previstas em lei fazem parte do preço do serviço.

9.1. Para a formação da base de cálculo do ISS, não pode ser dada à importação de serviços tratamento distinto daquele dado às operações internas. O artigo 14 da Lei nº 13.701, de 2003, que determina que a base de cálculo do ISS corresponde à receita bruta, é aplicável indistintamente a todas as operações envolvendo prestação de serviços, exigindo-se, para a incidência do imposto, a soma de todos os valores despendidos pelo tomador

9.2. A impossibilidade de tratamento distinto entre as operações internas e as relativas ao exterior reside na proibição de serem excluídos da base de cálculo do ISS quaisquer valores cobrados do tomador, excetuados, como referido, os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, não havendo, portanto, a "disparidade de tratamento na tributação" alegada pela consulente.

9.3. A fração de preço que a consulente pretende que seja retirada da base de cálculo do ISS corresponde à tributação nacional contra o prestador estrangeiro, retida pela consulente, na qualidade de tomadora do serviço, fundamentando-se na reciprocidade entre Estados, uma vez que a atividade, em seu país de origem, deve ser tratada como exportação."

3. Mantenham-se como estão os demais itens da Solução de Consulta SF/DEJUG nº 27/2020.

4. Notifique-se a consulente do teor desta Solução de Consulta e, após as providências de praxe, archive-se.

Rafael Barbosa de Sousa

Diretor do Departamento de Tributação e Julgamento